



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL : O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Ilane Coutinho Duarte Lima (UFES) - ilanecoutinho3@gmail.com

Resumo:

A responsabilidade social universitária é um fenômeno que tem ganhado relevância nos debates no campo da educação superior; sendo um conceito social e politicamente construído. Este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição da extensão na Universidade Federal do Espírito Santo na responsabilidade social universitária. A abordagem metodológica adotada nesse estudo será a pesquisa qualitativa, delineando-se 2 perspectivas para análise documental: os Planos de Desenvolvimento Institucional da UFES e o Sistema de Extensão da Universidade no período de 2005 a 2015. Para a técnica de coleta de dados a pesquisa pretende realizar 20 entrevistas semiestruturada com gestores/coordenadores responsáveis pela extensão universitária. Sendo assim, esta pesquisa nos permitirá observar o papel da atividade extensionista no desenvolvimento da responsabilidade social universitária.

Palavras-chave: *Responsabilidade social; Extensão universitária; SINAES; Responsabilidade Social Universitária*

Área temática: *GT-16 “Da Lama ao Caos”: Reflexões sobre a Crise Socioambiental e as Relações Estado-Empresa- Sociedade*

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL : O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ILANE COUTINHO DUARTE LIMA

UFES - ilane.lima@ufes.br

RESUMO

A responsabilidade social universitária é um fenômeno que tem ganhado relevância nos debates no campo da educação superior; sendo um conceito social e politicamente construído. Este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição da extensão na Universidade Federal do Espírito Santo na responsabilidade social universitária. A abordagem metodológica adotada nesse estudo será a pesquisa qualitativa, delineando-se 2 perspectivas para análise documental: os Planos de Desenvolvimento Institucional da UFES e o Sistema de Extensão da Universidade no período de 2005 a 2015. Para a técnica de coleta de dados a pesquisa pretende realizar 20 entrevistas semiestruturada com gestores/coordenadores responsáveis pela extensão universitária. Sendo assim, esta pesquisa nos permitirá observar o papel da atividade extensionista no desenvolvimento da responsabilidade social universitária.

Palavras-chave: Responsabilidade social; Extensão universitária; SINAES; Responsabilidade Social Universitária

1 INTRODUÇÃO

O caminho para a chamada Responsabilidade Social inicia-se com o delineamento estratégico das organizações, com base no estudo da missão e dos aspectos inerentes ao relacionamento com os diversos atores sociais, também conhecidos como *stakeholders*, (LOHN, 2011). Deste modo, a responsabilidade social se caracteriza quando organizações, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno e externo. Assim, a responsabilidade social vai além da postura ética da organização, do assistencialismo e ajuda à comunidade. Significa um trabalho de mudança de atitude e comportamento, tendo por consequência a formação de uma sociedade economicamente e socialmente mais justa (BITTENCOURT; CARRIERI, 2005).

Ao adotar um comportamento socialmente responsável as organizações passam a assumir o compromisso com um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo, refletindo sua ação em prol da cidadania (PINTO, 2012). A responsabilidade social está associada à noção de sustentabilidade, que visa conciliar as esferas econômica, ambiental e social, na geração de um cenário compatível à continuidade e à expansão das atividades das organizações no presente e no futuro (KRAEMER, 2015).

Neste contexto a responsabilidade social se torna um tema necessário aos diversos setores da sociedade, inclusive das Instituições de Ensino Superior (IES). No âmbito da educação superior, a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), tem sido o norteador dos instrumentos de avaliação das IES públicas e privadas, no qual há dimensão que trata especificamente da responsabilidade social reflete este interesse. A contribuição das IES se observa por meio de: inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, memória cultural, produção artística e do patrimônio cultural (BRASIL, 2004).

Assim, a relação entre pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade. A extensão como via de interação entre universidade e sociedade constitui-se em elemento capaz de promover esta interação (NUNES e SILVA, 2011). Pois é através de projetos sociais que a universidade socializa seus conhecimentos e disponibiliza seus serviços, exercendo sua responsabilidade social, ou mesmo sua missão institucional. Nesse sentido Calderón (2006) explicita o pensamento que a Responsabilidade Social Universitária (RSU) direciona as obrigações da IES para com a sociedade, esta, responsável pelo seu financiamento, especialmente na busca de soluções para problemas sociais extremos, a necessidade de uma melhor distribuição de renda e a geração de mecanismos de promoção social de esferas marginalizadas ao longo da história. Dessa maneira, a extensão universitária é identificada como um instrumento de responsabilidade social universitária (RSU).

Segundo Vallaes (2006, p.39) a “[...] RSU exige, a partir de uma visão holística, a articulação dos diversos setores da instituição, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável [...]”, visando assim, produzir e transmitir saberes responsáveis pela formação de profissionais e cidadãos igualmente responsáveis. Na visão de Venâncio (2014) atualmente conceituar organizações socialmente responsáveis, equivale a promover ações de responsabilidade social. Nesse sentido, as IES por meio de seus projetos e programas de extensão acadêmica, advindos de pesquisas, investem em ações práticas na sociedade e promovem a melhoria de vida das pessoas envolvidas.

Cada vez mais é discutido o papel das IES no Brasil como agentes sociais no processo de desenvolvimento local e sustentável, destacando-se a sociedade, o ambiente e a economia, que são integrados e se reforçam mutuamente, (LOHN, 2011).

Deste modo, tem-se que a RSU é valioso instrumento de justiça social. E se a interação entre as IES e a sociedade é alcançada, sobretudo, através de atividades de extensão, papel de grande relevo nesta realização, cabe aos coordenadores de projetos e programas de extensão, uma vez conscientes da importância de sua atuação, agir como verdadeiros artífices desta interação, promovendo atividades que venham a atender aos interesses e necessidades da sociedade em que está inserida a IES.

Para tanto, propõe-se a seguinte problemática de pesquisa: analisar a contribuição da extensão universitária na UFES para a responsabilidade social universitária. Nesse contexto pretende-se na realização dessa pesquisa atingir os seguintes objetivos específicos.

A presente pesquisa será qualitativa descritiva, utilizando-se como estratégias a consulta à literatura e o estudo de caso. Neste, as fontes de evidência serão: a pesquisa documental, e a entrevista semi-estruturada, com análise da pesquisa baseada na técnica análise de conteúdo.

O roteiro da pesquisa será construído a partir do objetivo proposto e do referencial teórico. Inicialmente serão levantadas informações sobre as unidades administrativas da UFES cadastradas no SIEX com maior e menor quantidade de projetos e programas de extensão.

Numa segunda etapa, a pesquisa propõe realizar 20 entrevistas semiestruturadas individuais entre coordenadores identificados nos Centros de Ensino com mais e menos projetos e programas de extensão. Também serão sujeitos da pesquisa os gestores da Pro-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo em efetivo exercício ou não. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas.

O plano para análise de documentos será realizado na PROEX utilizando dados do SIEXUFES (Sistema de Informação de Extensão da UFES). Inicialmente serão tabulados os dados desse sistema para construção do corpus da pesquisa com a finalidade de analisar a extensão na UFES.

A unidade de análise dessa pesquisa será a Pró-reitora de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo, responsável por planejar, administrar, coordenar e fiscalizar as atividades extensionistas da universidade, além de fomentar convênios e parcerias para viabilizar projetos relacionados à interação universitária com a comunidade.

O recorte temporal determinado, entre 2005 e 2015, foi delimitado visando a abranger os editais de extensão e PDI's publicados nesse período a fim de se analisar a relação dos projetos/programas com os princípios da RSU presentes na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Nos últimos anos a universidade vem refletindo e debatendo sobre espaços democráticos e de participação da comunidade universitária, de uma maneira direta ou indireta a questão da responsabilidade social. Promover ações de responsabilidade social tem sido um dos instrumentos encontrados após a vigência da lei do SINAES, que surgiu com a finalidade de avaliar a Educação Superior, visando à melhoria da qualidade da educação brasileira.

A UFES prevê em seu PDI, ampliar e consolidar qualitativamente a relação da Universidade com a sociedade, desenvolvendo ações de extensão por meio de processos educativos, culturais e científicos, articulados com o ensino e a pesquisa, voltados à

socialização do conhecimento e à solução de questões regionais, nacionais e internacionais (BRASIL, 2015). O fato da universidade em estudo, ter inserido no seu PDI, projetos de responsabilidade social prioritários na formação dos corpos docentes e discentes para melhor atender às comunidades carentes existentes no seu entorno estão em consonância com o edital PROEXT 2015 que prevê a implementação de políticas públicas e o fortalecimento da extensão universitária.

O presente trabalho se justifica sob vários aspectos, inclusive pela atualidade do tema, sobretudo após o início da vigência da Lei 10861 de 14 de abril de 2004, que institui o SINAES, que em seu art. 3, III, determina que “a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”. Calderón, (2006) aponta ainda que as discussões em torno do SINAES em relação à RSU “tem gerado certa resistência na comunidade acadêmica devido a um viés ideológico muito presente na intelectualidade brasileira, por trata-se de um conceito procedente de uma matriz empresarial que não se adequaria à natureza pública das IES”.

Sob o aspecto teórico, este trabalho se justifica por apresentar a possibilidade de aplicação dos princípios da responsabilidade social universitária aos projetos e programas de extensão universitária da UFES. A efetiva aplicação da RSU no âmbito da Universidade implica na reflexão crítica, na discussão interna, na busca pelo alinhamento de concepções e posicionamento institucional visando a produzir resposta que atenda às demandas da sociedade, agindo pois em conformidade com a missão, a identidade e cultura da instituição de ensino. O conceito de responsabilidade social universitária, bem como a compreensão das respostas que a sociedade espera da universidade são variáveis no tempo e no espaço, por isso é um conceito social e politicamente construído (DIAS SOBRINHO, 2008).

Finalmente, justifica-se ainda esse estudo por pretender contribuir para a ampliação da discussão a respeito de tema ainda pouco explorado, qual seja, a relação existente entre a universidade e a sociedade sob o prisma da responsabilidade social.

2 UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

A educação universitária tem perseguido, desde suas origens, a meta de criar, transmitir e disseminar conhecimento. As instituições que trabalham “com e sobre o conhecimento” ocupam na sociedade contemporânea importante espaço nos processos que anunciam a globalização do conhecimento (TUNNERMAN BERNHEIM; CHAUI, 2008). A relação entre universidade e sociedade “não se limita às aparências”, como abordam os autores, não se pode considerar a universidade uma entidade independente, pelo contrário a universidade é uma instituição social e, como tal expressa de determinada maneira a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Chauí (2003) salienta também que a educação e cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania, tornando a universidade uma instituição social inseparável da idéia de democracia e democratização do saber. É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual, que a universidade desempenha um papel de “locus” privilegiado do saber e do conhecimento.

Contudo, Santos (2000) refere-se ao papel que a universidade na pós modernidade deverá ocupar, destacando desde os anos de 1960, aspectos como, a criação de novas universidades e a ampliação de vagas naquelas já existentes, contribuíram para o acirramento de inúmeras crises provocadas pelo aumento das funções assumidas por essa instituição no

mundo contemporâneo. O autor aponta três crises que perpassam pela universidade: crise da hegemonia, crise da legitimidade e crise institucional. A primeira coloca em risco o papel da universidade quando pressupõe que se desvende para a sociedade enquanto “locus de produção de conhecimentos exemplares”, a segunda aborda a democratização do conhecimento e por fim na crise institucional os valores básicos são a autonomia e a especificidade organizacional da universidade.

Essa relação expressiva entre a universidade e a sociedade, para Tünnerman Bernheim; Chauí, (2008) explica o fato da universidade pública, desempenhar uma prática social baseada no reconhecimento público da sua legitimidade. Para Pinto, (2012) é importante que essa universidade produza conhecimentos relevantes e coerentes com o que a sociedade lhe demanda, especialmente a comunidade de seu entorno. Por isso, é imprescindível que a universidade saiba que tipo de conhecimento está produzindo e reproduzindo, para quem esse conhecimento é relevante e por que o conhecimento produzido é necessário. Nessa linha de raciocínio Kliksberg, (2006, p.25) expressa que “[...] é preciso que as universidades se situem no front da luta pelo conhecimento da realidade, muitas vezes dissimulada por trás dos bastidores”.

No desenho do novo contrato entre a universidade e a sociedade, Vallaeys (2006, p.48) considera que existem três grandes eixos que poderiam dar maior consistência as atividades da universidade que são: “a) garantir a responsabilidade social da ciência; b) promover a capacitação da cidadania democrática e c) educar o estudante como agente de desenvolvimento.” Para avaliar a responsabilidade social da ciência, a universidade tem a responsabilidade de promover e facilitar o debate acadêmico garantindo maior transparência possível; ao promover a capacitação cidadã uma das tarefas da universidade seria a educação do adulto, à formação continuada e à criação de espaços cidadãos de debate e de reflexão e por fim educar o estudante como agente de desenvolvimento promove um novo perfil do estudante universitário (CHAUÍ, 2008).

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA

A preocupação com o desenvolvimento sustentável trouxe a responsabilidade social para o setor público, o terceiro setor e também para as IES. As normas de RSE (Responsabilidade Social Empresarial) praticadas no setor empresarial por possuir impactos educativos e cognitivos distintos não contemplam as diversas necessidades educacionais, pedagógicas e epistemológicas que a RSU exige. Nesse sentido o desenvolvimento sustentável está muito próximo do conceito de RSU alinhado por alguns autores:

É difícil definir a responsabilidade social de forma substancial e definitiva, que é o movimento que foi gerado em torno dele e tantos diferentes iniciativas e abordagens. No entanto, um conceito que está subjacente a qualquer definição é a do desenvolvimento sustentável. Ou seja, a preocupação com as consequências ambientais e sociais das atividades ou organizações humanas. A exigência ética convidados a redefinir modelos de organizações e territórios locais, nacionais e regionais de gestão da sustentabilidade. (VALLAEYS, CRUZ, SASIA, p.14, 2009)

Responsabilidade social para Ashley (2005) é definida como o compromisso que a empresa tem para com a sociedade, através de posturas e ações que influenciam de forma positiva a comunidade, agindo de maneira ativa e desempenhando de forma coerente e transparente o seu papel. Não deve ser confundida com filantropia da direção da organização, mas como um novo sistema de gestão, não é um modismo gerencial, nem uma função a mais da organização, mas uma maneira permanente de operar todas as suas funções, baseadas no

diagnóstico e boa gestão. Enfim, não deve ser praticado somente por empresas, mas por entidades públicas, privadas e sem fins lucrativos (VALLAEYS; CRUZ; SASIA, 2009).

Os termos Responsabilidade Social Universitária (RSU) e Responsabilidade Social da Educação Superior (RSES) não possuem raízes históricas no cenário universitário nacional. Para se discutir a função social ou o papel social da universidade brasileira, o termo mais usado é compromisso social proposto por Calderón (2005). Este fato gerou, inicialmente, certa confusão teórica entre o que seria a Responsabilidade Social da Educação Superior e na extensão universitária. Trata-se de um impasse teórico que foi paulatinamente superado, na medida em que o conceito de RSU e o de compromisso social foram vinculados às discussões sobre a função social das IES. Um discurso comum entre as IES é que a função social propicia condições para o desenvolvimento de um cidadão preparado para o exercício da cidadania no seu aspecto mais igualitário. Por sua vez, a extensão universitária foi identificada como uma das três atividades universitárias, juntamente com o ensino e a pesquisa, que possibilitam que as IES cumpram sua responsabilidade social (CALDERON; PEDRO; VARGAS; 2011). De acordo com Vallayes (2006) a universidade deve superar o enfoque da projeção social da extensão universitária enquanto função central de formação estudantil e produção de conhecimentos.

Pode-se constatar que o conceito de RSU nasce do conceito de RSE, entendido como exercício da cidadania nos setores organizacionais. Nesse sentido, Calderón (2006), apresenta a ideia de que a responsabilidade social universitária refere-se aos deveres que a universidade tem com a sociedade que a financia, principalmente na procura de soluções para os principais problemas sociais, a necessidade de uma melhor distribuição de renda e a criação de mecanismos de promoção social de setores historicamente marginalizados. Esse mesmo autor aponta a RSU como sendo um tema merecedor de profundas discussões nas IES pelas autoridades universitárias que lideram os diversos fóruns nacionais existentes nas áreas de extensão, ensino e pesquisa.

A responsabilidade social universitária necessita estar visivelmente impressa na missão de cada IES, estas, que abarcam a missão de originar avanços científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, através do ensino, da pesquisa e da extensão, criando e socializando conhecimento com a finalidade de formar cidadãos com capacidade de implementar soluções que promovam o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2015). Segundo Herrera (2009, p.41) “a responsabilidade social das universidades forma o elo entre o conhecimento gerado no contexto de sua aplicação e necessidades locais, nacionais e globais”. A aplicação social do conhecimento gerado na universidade promove a qualidade de vida na sociedade.

A responsabilidade social universitária pode ser considerada a dimensão humana da qualidade da educação superior, uma vez que, no contexto social, a universidade deve se posicionar como vanguardista, no processo de desenvolvimento econômico e político, em prol de uma sociedade melhor, Ribeiro (2013). Neste cenário surgem pesquisadores e intelectuais que buscam esclarecer os desafios da gestão universitária frente à proposta da lei do SINAES, tais como Calderón (2006), e Schwartzman (2005). Também no cenário internacional, a Rede Universitária de Ética e Desenvolvimento Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID traz inestimável contribuição de pesquisadores sobre as questões éticas que envolvem o compromisso social das universidades. Autores como Vallaeys (2009), Kliksberg (2006), Jiménez de La Jara (2006), e Carrizo (2006) fazem parte deste grupo de intelectuais.

As IES, tanto privadas, quanto públicas se deparam de várias formas com a noção de RSU. Nas IES privadas há uma vinculação com modernização e gestão universitária e nas

públicas o conceito de responsabilidade para com a comunidade em que está inserida (MOROSINI, 2014). Falar da responsabilidade social universitária significa falar dos deveres e das obrigações da universidade, incumbências inerentes à natureza institucional das IES. A busca de soluções para os problemas sociais não é um compromisso que a universidade pode cumprir ou deixar de cumprir. Trata-se de uma obrigação da universidade. E se uma IES não cumpre sua obrigação, torna-se uma instituição socialmente irresponsável. (CALDERON, 2005).

4 A ATIVIDADE DE EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES

A sociedade atual está em constante transformação, permitindo múltiplas análises, considerando para tanto o surgimento da sociedade da informação e a sociedade do conhecimento. O desenvolvimento da sociedade do conhecimento parece ser o melhor caminho no desenvolvimento de uma sociedade para todos. Jimenez de La Jara; Fontecilla; Troncoso (2006) ressaltam que as universidades participam dessas transformações, onde o saber e o “saber fazer” se aplicam para a solução de problemas, onde as tradicionais atividades acadêmico-disciplinares veem suplantar novas práticas de conhecimento. Por isso, é necessário que a universidade saiba que tipo de conhecimento está produzindo e reproduzindo, para quem é relevante e por que é necessário. Nesse sentido Kliksberg (2006, p.25) salienta que “é preciso que as universidades se situem no front da luta pelo conhecimento da realidade, muitas vezes dissimulada por trás dos bastidores”, Chauí, (2001) salienta que a universidade pública deve estar em sintonia com os direitos dos cidadãos e não com a satisfação de interesses empresariais ou os próprios, e que possua autonomia quanto a realização de suas atividades, prestando conta ao poder público e à sociedade.

Enquanto Instituição Autárquica pertencente ao Ministério da Educação, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) atua e está fundamentada nas áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão complementando-as com atividades nas áreas de assistência e de gestão. Essas áreas são trabalhadas de forma integrada, e sua indissociabilidade constitui a base da busca por uma atuação de excelência nos diversos campos do conhecimento. Sua missão descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é gerar avanços científicos, tecnológicos, educacionais, culturais e sociais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo, transferindo e socializando conhecimentos e inovações que contribuam para a formação do cidadão, visando ao desenvolvimento sustentável no âmbito regional, nacional e internacional (BRASIL, 2016).

A Universidade desenvolve e socializa a produção de conhecimentos e tecnologias, além de buscar a permanente interação com a sociedade, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento tecnológico, político, social e econômico do Estado. Concomitantemente, procura fortalecer a política institucional de extensão de forma a ampliar o compromisso assumido pela Instituição com a sociedade (BRASIL, 2015). Sendo um espaço preenchido por indivíduos que tem a sua disposição métodos técnico-científicos, deve produzir conhecimentos coerentes e relevantes com aquilo que a sociedade lhe demanda, especialmente a comunidade de seu entorno, contribuindo com a promoção de programas/projetos de extensão para o desenvolvimento da sociedade, destacando para tal sua função de mediadora do saber científico. “Ao praticar esta função, a universidade passa a assumir seu compromisso social e o estudante começa a compreender sua própria responsabilidade” WAGENBERG, (2006, p.30). É nesse momento em que a universidade utiliza-se da extensão como espaço de realização de ações de prestação de serviços à comunidade universitária e de seu entorno, na transformação do “saber acadêmico” para construção de um projeto de responsabilidade social (RIBEIRO, 2011).

Descrita na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) como sendo “uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico” a extensão é mais que instrumento viabilizador da função social da universidade; é também uma forma de socialização do que se produz na pesquisa e no ensino. Aqui vale lembrar a articulação e a indissociabilização das três funções básicas da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. Para tanto, Ribeiro (2013) enfatiza que o ensino, a pesquisa e a extensão constituem a tríplice função da universidade, e que por meio dessa função, necessita ser capaz de desenvolver ações de responsabilidade social, valorizando o ser humano e justificando a necessidade do sujeito perceber-se como alguém responsável, capaz de estar e participar de um determinado tecido social. Entretanto, a realidade da extensão universitária brasileira é outra. Para Calderón (2006) é comum afirmar no Brasil que a extensão é a ‘prima pobre da universidade’, citando fatores como: compreensão equivocada de seu conceito; despreparo dos professores na atuação de projetos e programas; falta de recursos e inexistência, na maioria das vezes de políticas institucionais extensionistas. A extensão é uma porta de entrada da comunidade na universidade, na procura dos seus serviços, na busca de apoio e na resolução de problemas.

A UFES em seu Estatuto, capítulo II, art. 4º, §VII estabelece “promover a extensão, aberta à participação popular, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes do desenvolvimento do ensino, da criação cultural e das pesquisas científica e tecnológica geradas na instituição”. A extensão reafirma o compromisso social da universidade promovendo ações de inserção por meio de ações resultantes de programas e projetos, de acordo com as demandas da sociedade. Estes buscam a solução de problemas da sociedade em todas as áreas do conhecimento. Ribeiro (2011) afirma que a extensão é considerada um fio condutor que liga a universidade à sociedade, firmando o compromisso de superar problemas sociais e de primar pelo desenvolvimento humano. Ensino, pesquisa e extensão são ações distintas do ensino superior já que integram, intra e extramuros, saberes que estão a serviço do aprender, do ensinar e do promover. Sendo assim, Nunes e Silva, (2011, p. 126) asseguram que “a extensão como via de interação entre universidade e sociedade constitui-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática”. O princípio da integração entre os pilares em questão reflete um conceito de qualidade do desempenho acadêmico capaz de favorecer a autorreflexão crítica, a emancipação teórico-prática e o significado de responsabilidade social proporcionado pela aproximação entre a universidade e a comunidade, Morin (2000).

Na UFES, a Pró-reitora de Extensão (PROEX) responde pela gestão da extensão que inclui programas, projetos, cursos, palestras e prestação de serviços, ancorados no intercâmbio entre a Instituição e a sociedade. É o órgão de apoio e assessoramento às ações de extensão da Universidade, integrando-se ao ensino e à pesquisa, promovendo por meio da oferta de ações a integração entre as comunidades interna e externa. A PROEX tem como finalidade direcionar suas atividades para a construção e a consolidação de ações voltadas ao fortalecimento da Política Institucional de Extensão, além de buscar a ampliação dos serviços prestados pela Universidade à sociedade, a nível local, regional e nacional (BRASIL, 2015). Dados do PDI/UFES 2015-2019 informam que:

A Extensão da UFES é pautada por valores de cidadania plena e pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), catalisadora das ações extensionistas, se orienta por um Plano de Ação Institucional que prioriza ações como a Mobilização da Comunidade Universitária, a Autoavaliação das Atividades de Extensão, a Política de Comunicação e a Política de Fomento, a Reestruturação Administrativa da PROEX e Elaboração

do Plano de Extensão da UFES. Assim, com a cooperação da comunidade universitária, profissionais locais e organizações, busca inserir a Instituição, em médio e longo prazo, na realidade social regional, nacional e internacional, segundo os princípios e diretrizes definidos pelo Planejamento Estratégico da UFES 2005-2010. (BRASIL, 2015)

O Plano Nacional de Extensão foi elaborado em 2001 pelo FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras) visando fundamentalmente o reforço do compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia (RIBEIRO, 2011). Para viabilizar a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade, as ações de extensão na UFES são vinculadas às seguintes diretrizes fixadas pelo FORPROEX: impacto e transformação; relação dialógica; interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

As ações de extensão apresentam-se sob as formas de Programas, Projetos, Cursos, Eventos, Prestações de Serviços e Publicações originadas de sua produção acadêmica. Na UFES, essas ações podem ser propostas por docentes, servidores técnico-administrativos, discentes e colaboradores externos, e a sua coordenação deve ser exercida por docentes e servidores técnico-administrativos do quadro efetivo da Instituição. Os discentes podem coordenar eventos de extensão, desde que supervisionados por algum docente (BRASIL, 2015). A extensão, como espaço acadêmico, tem sido valorizada na reflexão sobre seu papel político-social e cultural da universidade e desvalorizada em termos de produção (SANTOS, 2000).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade desenvolve e socializa a produção de conhecimentos e tecnologias, além de buscar a permanente interação com a sociedade, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento tecnológico, político, social e econômico do Estado. Fortalece a política institucional de extensão de forma a ampliar o compromisso assumido com a sociedade quando na forma de assistência é identificada para: “prestar assistência à sociedade de forma integrada ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para o atendimento às demandas das comunidades interna e externa”. (BRASIL, 2015).

Responsável por avaliar a RSU no Brasil, o SINAES, menciona o processo de avaliação externa das IES considerando dez dimensões, que são: missão e PDI; política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; responsabilidade social da IES; comunicação com a sociedade; políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; organização de gestão da IES; infraestrutura física; planejamento de avaliação; políticas de atendimento aos estudantes e sustentabilidade financeira (BRASIL, 2004).

Nesse sentido o SINAES constitui uma rede de informação e conhecimento que serve aos propósitos anunciados na sua formulação. O comprometimento ético da universidade se concretiza na afirmação de seus compromissos com a sua autonomia, com a produção de conhecimento, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na cooperação interinstitucional e na melhoria continuada da qualidade do ensino de graduação e de pós-graduação voltados ao desenvolvimento da sociedade (RIOS; CALDERON; SOUSA; 2012).

A responsabilidade social universitária é a maior expressão de uma integração criativa do binômio universidade/sociedade e seu vínculo mais idôneo, fazendo existir a possibilidade de fazer dela o eixo da ação universitária, o fio condutor da imersão social da universidade (PERNALETE e ORTEGA, 2010).

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia A. et al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BITTENCOURT, Epaminondas; CARRIERI, Alexandre. Responsabilidade social: ideologia, poder e discurso na lógica empresarial. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 45, p. 10-22, 2005.

BRASIL. **Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. 2004. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 15 de abril de 2016.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**, 2004. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**. Vitória, 2015. Disponível em: <<http://www.ufes.br/institui%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**. **PDI** : Plano de Desenvolvimento Institucional, 2015-2019. Vitória, 2016. Disponível em: http://www.proplan.ufes.br/sites/proplan.ufes.br/files/field/anexo/pdi_-_2015-2019_1.88mb_.pdf>. Acesso em 20 mar. 2016.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade Social Universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília, ano 24, n. 26, jun. 2006.

_____. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Estudos**, v.22, n.34, p.13-27, 2005.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; PEDRO, Rodrigo Fornalski ; VARGAS, Maria Caroline. Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco. **Interface**, Botucatu, ano 15, n. 39, out/dez. 2011.

CARRIZO, Luís. Conhecimento e responsabilidade social: ameaças e desafios para a universidade transdisciplinar. **Estudos**, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 27-34. mar. 2006.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 24, set/dez, 2003.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da educação superior: avanços e riscos. **EccoS**, v.10, n.esp., p.167-93, 2008.

HERRERA, Alma. Responsabilidade social das universidades. In: GUNI. **Educação superior em tempos de transformação**: novas dinâmicas para a responsabilidade social. Tradução: Vera Muller. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 41-42.

JIMÉNEZ DE LA JARA, M.; FONTECILLA, J.M.; TRONCOSO, C.D. **Responsabilidade universitária**: uma experiência inovadora na América Latina. *Estudos*, v.24, n.36, p.57- 73, 2006.

KLIKSBURG, Bernardo. Ética e responsabilidade social da universidade. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ESTUDOS)**. Ano 24, nº 36, jun/2006, p. 23-25.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **RSC**: uma contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/rsc-uma-contribuicao-das-empresas-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

LOHN, Vanderléia Martins. Indicadores de responsabilidade social: uma proposta para as instituições de ensino superior. **Rev. GUAL.**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 110-128, jan./abr. 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000. 118 p.

MOROSINI, Marília Costa. **Qualidade da educação superior e contextos emergentes**. Avaliação, Campinas, v.19, n.2, jul. 2014. p. 385-405.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira, SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**. EDUEMG, v.4, n.7, 2011.

PINTO, Maira Meira. Responsabilidade Social & Educação Universitária. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 37, p. 105-137, jul./dez. 2012.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. **Revista Diálogos**: pesquisa em extensão universitária, Brasília, v. 15, n. 1, jul. 2011.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. Responsabilidade social universitária: a dimensão humana da qualidade da educação superior. **Cairu em Revista**, v. 2. n. 2, jan. 2013.

ROSETTO, Maria Regina Chrispim Álvares. **Instituições de ensino superior e responsabilidade social**: um estudo sobre as representações de lideranças da educação superior brasileira. 2011. 342f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Pontifca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, Boaventura da Silva. Da idéia de universidade a universidade de idéias. In: **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, p. 187-233, 2000.

SCHUWARTZMAN, Jacques. Responsabilidade social no ensino superior. **Estudos**, Brasília, DF, ano 22, n. 34, p. 47-53. abr. 2005.

TÜNNERMAN BERNHEIM, Carlos; CHAÚÍ, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**. Brasília: Unesco, 2008. 46 p.

VALLAEYS, François. Que significa responsabilidade social universitária? **Estudos**, Brasília, ano 24, n. 36, p. 35-55, mar. 2006.

VALLAEYS, François; CRUZ, Cristina de La; SASIA, Pedro M. **Responsabilidad social universitária: manual de primeros pasos**. México: McGraw Hill, 2009.

WAGENBERG, Alan. A urgência da responsabilidade social universitária. **Estudos**, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 27-34. mar. 2006.